

## **AÇÃO INTEGRADA EM DEFESA DA VIDA NO ENFRENTAMENTO DA COVID-19**

Esta última edição da Sociedade em Debate de 2021 traz um número ampliado de artigos e um editorial diferente para destacar o fim do segundo ano da pandemia provocada pelo novo Corona Vírus, o SARS-CoV-2, causador da COVID-19. Ano no qual o espectro da morte, o isolamento social, a necropolítica, as tecnologias digitais como meios de encontros e a negação da ciência deram continuidade a um cotidiano eivado de angústias e inquietações, que exigem reações de uma razão crítica, e de uma vontade política geradora de práxis. Neste número se encontram reflexões diversas sobre a realidade que determina as políticas sociais e que clama por outras modalidades de políticas públicas. E, neste editorial, se pretende trazer um sinal de esperança de novos tempos, descrevendo um trabalho onde foi possível romper a fragmentação e o espírito corporativo de instituições distintas, de profissionais de especialidades diversas e de diferentes movimentos, com o desenvolvimento de uma ação nascida de opções profissionais ético políticas, alimentado por conhecimentos teórico-metodológicos e direcionado pela intenção de contribuir para transformar realidades injustas.

O município de cidade de Pelotas, localizado na região sul do estado do Rio Grande do Sul, que segundo estimativa feita em 2021, pelo IBGE, possui cerca de 343.132 habitantes, serve de contexto para a narrativa, podendo ser melhor compreendido a partir de alguns dados, apresentados a seguir.

Em 2019, o salário médio mensal era de 2,9 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 24,5%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 31,9% da população nessas condições, o que o colocava na posição 229 de 497 dentre as cidades do estado e na posição 4310 de 5570 dentre as cidades do Brasil. (IBGE, 2021)

Pesquisadores/as locais, ainda no início da pandemia, subsidiaram a atualização de alguns dados referentes ao município, evidenciando com maior nitidez os bolsões de pobreza existentes. Uma estimativa do Consórcio do Mestrado de Epidemiologia da UFPel 2019-20, indicou que 13% da população, ou cerca de 20 mil famílias estavam em situação de insegurança alimentar, no município e o Grupo de Pesquisa em Habitação de Interesse Social da UCPel divulgou que, naquele período, 33 mil domicílios em Pelotas não tinham condições adequadas de moradia, sendo que 1.600



domicílios não possuíam banheiro e água, impossibilitando os cuidados mais básicos para a sobrevivência e para evitar a COVID-19.

A esta realidade é acrescida a deficiência da política de saúde. Conforme análise de Minayo e Freire “A disparidade entre o número de leitos e respiradores per capita na rede pública e privada gera distorções que dificultam a distribuição eficaz de recursos, contribuindo para a mortalidade” (2020, p. 1). Em decorrência, entre as pessoas que vivem em situação de pobreza a disseminação da COVID-19 é mais intensa, tanto devido à falta de condições para atender aos protocolos de higienização e isolamento social, quanto pela dificuldade de acesso aos serviços de Saúde. Diante deste contexto, em abril de 2019 um grupo de docentes da UCPEL e da UFPEL, junto com representantes de diferentes crenças religiosas, se reuniram para pensar em ações que pudessem contribuir para o enfrentamento da pandemia, tendo como foco específico esta população pobre e em situação de extrema pobreza.

Após algumas reuniões de estudo e mobilizações de organizações populares, em abril de 2020 foi criado o COMPOVO, Comitê Popular de Pelotas, formado por aproximadamente 50 organizações populares, religiosas, sindicais, culturais e duas universidades, com o objetivo de realizar manifestações e denúncias para a defesa dos/das trabalhadores/as a partir do contexto pandêmico. E, vinculado ao COMPOVO surge o Grupo de Trabalho (GT) Ação Integrada Saúde e Assistência Social em Defesa da Vida e Contra a Covid-19, que passou a ser reconhecido como “AISA em Defesa da Vida”, sendo formado por representantes da UCPEL(3), da UFPEL(3), das Secretarias Municipais de Assistência Social(1) e da Saúde (1), da Cáritas Arquidiocesana de Pelotas (1), e do Movimento UniPelotas ligado à área da educação (1).

Após uma análise sobre as necessidades percebidas e as possibilidades existentes para o desenvolvimento de ações, o grupo optou por um trabalho centrado na educação popular e na ampliação do acesso aos serviços de proteção básica, na área da assistência social e da saúde, consideradas como políticas estratégicas para o enfrentamento da pandemia. A primeira fase do trabalho teve início em maio de 2020, com a identificação das áreas de maior concentração de pobreza e estabelecimento de contato com lideranças de organizações comunitárias, religiosas, equipes de UBSs e lideranças das escolas locais para a identificação de famílias em situação de pobreza ainda não inseridas no CAD-ÚNICO, a fim de possibilitar a sua inclusão e o consequente acesso aos serviços permanentes e eventuais do SUAS, o que foi facilitado pela participação de representantes das duas secretarias - Assistência Social e Saúde - no grupo, facilitando a mobilização dos/as trabalhadores/as de ambas, para a efetivação do trabalho necessário.

O segundo momento se caracterizou pelo desenvolvimento de atividades formativas para trabalhadores/as da área da assistência e da saúde, lideranças e dirigentes de entidades comunitárias, tendo em vista a sua maior habilitação para a difusão de informações nos territórios de origem. Os conteúdos foram divididos em dois blocos sendo um vinculado à proteção social como direito de

cidadania e o outro com temas vinculados à prevenção da COVID-19, sendo transmitidos por meio de encontros virtuais, onde os(as) educadores(as) usavam de recursos áudio visuais, para estabelecer uma comunicação atraente e de fácil compreensão. Os equipamentos dos CRAS, das UBSs e algumas escolas, obedecendo aos protocolos sanitários, foram usados como locais de recepção e de transmissão via plataforma virtual, havendo forte mobilização para que as lideranças comunitárias participassem dos encontros e se tornassem multiplicadoras dos conteúdos na vizinhança. Graças ao zoneamento feito, seguindo a divisão territorial do SUAS, ocorreram momentos de formação nas seis grandes áreas urbanas e um na área rural, que contou com o apoio da EMATER para mobilizar pequenos agricultores/as e representantes de comunidades quilombolas. Os sete encontros atingiram diretamente mais de 300 pessoas, e a avaliação realizada apontou o interesse geral por novos encontros, tendo a prevenção do adoecimento mental, como temática prioritária.

A segunda fase do trabalho promoveu um encontro aberto para todas as pessoas que participaram da primeira fase, incentivando-as a convidarem outras pessoas. O tema abordado foi “A Importância do Auto Cuidado e a Rede de Saúde Mental em Pelotas: serviços em funcionamento e como acessar” o qual encerrou as ações do ano de 2020.

No reinício das atividades em 2021, o Grupo da AISA fez uma análise de conjuntura sobre a pandemia em Pelotas e detectou o agravamento da pobreza, da disseminação da COVID-19 com aumento de óbitos e, em paralelo, a flexibilização de medidas restritivas, a redução de doações da sociedade civil, e o aumento da demanda por alimentos, material de higiene, e máscaras de proteção. Em Pelotas se reproduz a realidade vivida pelos demais municípios brasileiros. Segundo dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar, que foi realizado no contexto da pandemia (Rede PENSSAN, 2021), em 2018 haviam no Brasil 10,3 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar grave, já em 2020, este número atingiu 19,1 milhões de pessoas. Esses dados permitem estimar a passagem para 27 mil pessoas em situação de insegurança alimentar no município. O Relatório Interno da Secretaria de Assistência Social de 2021, após ter sido feita uma comparação em relação ao número de cestas entregues antes da pandemia, informa que eram distribuídas “aproximadamente 500 cestas básicas ao mês, no entanto – a partir da necessidade de distanciamento social –, nos dois últimos meses, chegou a entregar 7 mil unidades. (PELOTAS, 2021)”. Por outro lado, este número não atende grande parte da demanda, havendo permanentemente arrecadações e distribuição de sacolas de alimentos, por diversas entidades da sociedade civil, além de diversos grupos servirem refeições, particularmente, para a população em situação de rua.

Considerando este contexto a AISA promoveu uma reunião onde foi feita uma análise de conjuntura e pensadas algumas estratégias de ação. A reunião contou com a participação de agentes de movimentos e coletivos populares, de pastorais sociais, conselhos, instituições assistenciais e religiosas de diferentes credos, e militantes de partidos de esquerda e deliberou pela realização imediata de um “Manifesto em defesa da vida, em ataque à COVID e contra a fome estrutural em

Pelotas” e pela continuidade dos encontros, para estabelecer prioridades para uma ação conjunta. O Manifesto foi elaborado, apresentando dados da conjuntura, cobrando maior empenho dos gestores públicos e autoridades locais, e apresentando 26 propostas de ação, para uma atuação mais contundente frente à pandemia. Em 6 de maio foi entregue e protocolado na Chefia de Gabinete da Prefeitura Municipal de Pelotas, além de divulgado em emissoras locais de rádio. Apesar do Manifesto afirmar a disposição das entidades que o assinavam em contribuir com o poder público para a efetivação das propostas elencadas, não houve retorno do executivo municipal. As decisões para o município continuaram sendo deliberadas por um Comitê Municipal da Crise integrado pela Prefeita, representantes de Universidades, do setor produtivo, e do Conselho Municipal de Saúde.

Após a reunião ampliada, as representantes das duas Secretarias integrantes do grupo da AISA, bem como, do Movimento UNIPelotas externaram em reunião a preocupação com o adoecimento mental dos/as trabalhadores/as destas políticas públicas, diante do agravamento do cenário pandêmico e da pressão ao retorno das atividades, principalmente das escolas da rede municipal e estadual. Considerando a importância destes(as) trabalhadores(as) para a garantia do acesso aos direitos sociais da população mais empobrecida, foi decidido organizar um encontro virtual especificamente para servidores destas três políticas. O encontro contou com agentes da saúde mental como mediadores e com profissionais das três áreas, que apresentaram as maiores dificuldades ocasionadas no cotidiano profissional pela pandemia e as estratégias usadas para a o seu enfrentamento e contribuiu para o apoio à resistência individual e coletiva às consequências da pandemia, além de trazer novos aprendizados importantes para a saúde mental.

No dia agendado para a continuidade da reunião ampliada, foi informado sobre o não retorno do Executivo sobre o Manifesto. E, os participantes da reunião decidiram priorizar a ação na base com a organização de Comitês Populares, para reforçar e multiplicar organizações em defesa da vida, nos territórios onde residem as famílias mais pobres, e que mais sofrem com a violação de direitos sociais. E, assim começou, em maio de 2021, uma nova fase no trabalho da AISA, com o incentivo à criação, organização e apoio ao trabalho dos Comitês Populares em Defesa da Vida, que foram se formando de diferentes modos. Alguns Comitês se organizaram a partir de células de movimentos que já existiam no território e buscaram a integração de outras organizações, outros foram incentivados por agentes de políticas públicas, ou de instituições religiosas. Atualmente, existem 11 Comitês Populares auto gerenciados, que são identificados pelo nome do território de abrangência, delimitado pelo próprio grupo (Balsa, Estrada do Engenho, Getúlio Vargas, Guabiroba, Colônia de Pescadores Z3, Areal, Passo dos Negros, Dunas, Tres Vendas, FRAGET e Pestano), que se dedicam a defender os direitos violados na pandemia, no território delimitado, tendo como foco inicial a mobilização contra a fome.

Entre estes, sete Comitês possuem cadastro das famílias, que recebem as doações de alimentos e de produtos de higiene, de proteção da COVID-19, medicamentos, fraldas geriátricas, de

forma sistemática, totalizando o atendimento direto a 985 famílias. Outros quatro Comitês, ainda não possuem cadastro organizado. Além das doações, os Comitês também realizam outras ações, entre elas: ações culturais com jovens, projetos de incentivo educacional e profissional; cursos de capacitação profissional; oficinas profissionalizantes; acompanhamento das pessoas da coleta seletiva de resíduos; apoio e reforço escolar para crianças, orientação para a alimentação saudável e o uso de plantas medicinais, orientação para reciclagem de resíduos sólidos e produção de materiais para venda. O trabalho vem sendo apoiado pelo grupo da AISA, que realiza reuniões periódicas para troca de experiências, análise dos trabalhos realizados e planejamento de ações conjuntas, além de repassar subsídios em formato de *cards* para rápida reprodução entre integrantes dos Comitês sobre: O que é um Comitê Popular em Defesa da Vida e algumas dicas para a criação, organização e funcionamento; O que é auto cuidado e como realizar; Combatendo a insegurança alimentar das famílias: O que podemos fazer e como podemos ajudar.

Na reunião ampliada com o objetivo de analisar o trabalho realizado, após dois meses do surgimento dos primeiros Comitês, foi decidido dar visibilidade aos mesmos, apresentando as ações desenvolvidas, como estratégia para denúncia do agravamento da pobreza, em paralelo à diminuição do atendimento público adequado às demandas. Para isso, foi decidido solicitar uma Audiência Pública na Câmara Municipal de Vereadores. A Audiência foi realizada em novembro de 2021, de forma remota, com transmissão pela TV Câmara. Houve uma exposição do trabalho realizado por pessoas vinculadas aos Comitês, requerendo uma maior atuação do Executivo, frente às repercussões da pandemia, bem como, do Legislativo na legislação e aprovação de políticas públicas inovadoras de capacitação para o trabalho, de geração de trabalho e renda adequadas à população mais pobre, como estratégia principal para os graves problemas existentes. E, ao mesmo tempo, houve uma chamada de atenção para a necessidade, frente à situação de emergência, de priorizar o investimento público em ações de combate à fome, diante da situação de emergência. As duas vereadoras da oposição, destacaram a importância da Audiência, por trazer dados concretos reveladores da ausência do poder público e se comprometeram em dar continuidade ao debate sobre o tema. A representação das duas secretarias convidadas (assistência social e saúde) confirmou a continuidade do apoio as ações da AISA, favorecendo a realização de ações de formação para as comunidades e apoiando os Comitês Populares. Após a Audiência houve a inclusão dos Comitês na distribuição da Campanha Natal sem Fome promovida pelo MST. Além disso os próprios Comitês, com o apoio da Secretaria de Assistência Social, realizaram uma campanha de arrecadação de doações por meio de uma carreta pública.

Desta forma, estamos encerrando o ano com o surgimento de novas organizações populares que são sementes de esperança ao servirem para capilarizar ações de solidariedade, entre os territórios mais pobres, e que invadem, ainda que timidamente, os espaços públicos, trazendo a voz distante e esquecida da periferia, que denuncia: “- Mas, o mais importante que fizemos é escutar o sofrimento

das pessoas, de gente que nunca teve alguém que se preocupasse com a vida deles”. Esta expressão de uma agente dos Comitês Populares, na Audiência Pública, evidencia de maneira simples e concreta a denúncia de que a pandemia acirrou a desigualdade social, que desde 1500 se faz presente e que na atualidade, assume características de uma barbárie inimaginável e inaceitável.

Sabemos que é muito pouco o que foi relatado, diante da imensidão da crise mundial que atravessamos, e que se avoluma em nosso país, por meio do governo que corta investimentos na área de programas sociais, valoriza o armamento individual e despreza as lutas pelos direitos humanos dos indígenas, quilombolas, mulheres e população LGBTQI+. Porém, este trabalho aposta no valor da informação e do conhecimento como primeiro passo para uma consciência crítica, criativa e transformadora; na ação estratégica e intersetorial, que busca romper a fragmentação das ações e construir alianças com servidores públicos e lideranças populares, para ampliar o acesso aos direitos sociais; e, pretende incentivar a consciência de classe, criando condições para a construção da identidade coletiva a partir dos territórios, como espaços de vivência em comum de interesses e necessidades. Certamente isso tudo é muito incipiente ainda, mas um salto foi dado de uma organização institucional do centro para as organizações na base, que se espera que consigam impulsionar as instituições do centro. O desafio para o novo ano é a retomada do caminho, iniciando pela base, tendo presente o ensinamento de Gramsci “*O desafio da modernidade é viver sem ilusões e sem desiludir-se*”, portanto sem desistir. Estamos cientes da timidez do trabalho, diante do movimento gigantesco que se faz necessário para romper, particularmente com o capitalismo estrutural vigente na sociedade brasileira, sustentado pelo colonialismo, patriarcado e racismo e, atualmente, reforçado por um governo antidemocrático, negacionista da ciência e forte aliado dos interesses internacionais mais conservadores do capitalismo financeiro.

Ao finalizar expressamos a esperança de que o direcionamento do trabalho relatado sirva para sinalizar que “[...] não podem existir os que são apenas homens, os estranhos à cidade. Quem vive verdadeiramente não pode deixar de ser cidadão, e de tomar partido. Indiferença é abulia, é parasitismo, é covardia, não é vida.” (GRAMSCI, 2004, p. 84). E que ele consiga abalar consciências, e movimentar a razão aprisionada pelos interesses corporativistas, e pelo egoísmo decantado como liberdade individual.

Vini Rabassa da Silva  
Mara Rosange Acosta Medeiros  
Karolain Vitória da Silva Dias  
Dezembro de 2021.

## REFERÊNCIAS

GRAMSCI, Antônio. Escritos políticos. Vol. 1: 1910-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IBGE. Cidades e Estados: Pelotas. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/pelotas.html>. Acesso em: 6 out. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; FREIRE, Neyson Pinheiro. Pandemia exacerba desigualdades na Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.L.], v. 25, n. 9, p. 3555-3556, set. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232020259.13742020>

REDE PENSSAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2021. Disponível em: [http://olheparaafome.com.br/VIGISAN\\_Inseguranca\\_alimentar.pdf](http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf). Acesso em: 20 nov. 2021.

### **Vini Rabassa da Silva**

vini.silva@ucpel.edu.br

Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL)

### **Mara Rosange Acosta Medeiros**

mara.medeiros@ucpel.edu.br

Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL)

### **Karolain Vitória da Silva Dias**

Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas.

karolainvd@gmail.com